

Prezado senhor Borges,

Li na Agência Adital sua reflexão sobre o caso Battisti e sobre o pedido de extradição por parte do governo italiano e devo dizer que suas informações sobre o terrorismo italiano de trinta anos atrás me parecem imprecisas. Naqueles mesmos anos, em muitos estados sul-americanos havia ferozes ditaduras, e eu como muitos outros jovens do meu País, participei a inúmeras manifestações contra Pinochet, pela democracia no Chile, muitas das quais animadas pelo conjunto dos Inti-Illimani; protestei nas praças contra a tortura no seu País; em 1975, fui parado pela polícia na Praça São Pedro por ter manifestado contra a presença do general Videla ao Jubileu dos Militares. Naqueles anos havia, na Itália, muita violência política: bombas definidas “de direita” nas praças e nos trens (um dos procurados até hoje por essas chacinas, Delfo Zorzi, é refugiado no Japão e ele também afirma ser um perseguido político), atentados terroristas, considerados “de esquerda” contra políticos, jornalistas, sindicalistas e juizes. Não se tratava, contudo, em nenhum dos dois casos, de resistência armada contra um ditador ou uma junta militar, mas de minorias extremamente violentas que esperavam alcançar com o terror o poder e o consenso que não conseguiam obter com o pacífico exercício da democracia. O Partido Comunista Italiano (PCI), que registrava naqueles mesmos anos um forte crescimento, nada tinha a ver com esses grupúsculos violentos e extremistas: rico do 30% dos votos e de um grande consenso social entre os trabalhadores e os intelectuais, conduzia uma oposição intransigente no Parlamento e no País. Depois do seqüestro e o assassinato de Aldo Moro (1978) o PCI chegou a apoiar o governo democrata-cristão, fornecendo uma contribuição decisiva à derrota do assim-chamado “partido armado”; e pagou um alto preço de sangue, a começar do heróico sacrifício de Guido Rossa, comunista e sindicalista, assassinado pelas Brigadas Vermelhas em 1979. Não vou aqui fazer a história de meu pai, jurista desarmado que escolhera viver sem escolta, que, em 1980, foi morto num atentado. No enterro, rezei para os terroristas e, no processo, não me constitui parte civil; em seguida, mesmo tornando-me amigo de alguns deles, recusei falar publicamente de terrorismo e terroristas. Se agora falo, se, além de escrever ao senhor, também organizei junto com todos os grupos parlamentares presentes na Câmara dos Deputados uma moção que empenha o Governo Italiano a fazer todo ato útil para obter a extradição de Cesare Battisti, é porque desde 2008, não como parente de uma vítima, mas, como deputado do Partido Democrático, sinto o dever de pedir justiça e, agora, de explicar como estão as coisas aos amigos democráticos do Brasil. Quero

explicar a eles que quem matou naqueles anos (Moro, meu pai, policiais, militantes políticos, comerciantes, jornalistas), não somente foi preso, não somente foi submetido a um julgamento regular, mas, em todo este tempo, pagou, com dor, sua dívida, com muitos anos de prisão, e já, em muitíssimos casos, voltou a uma nova vida como livre cidadão, realizando assim quanto prevê o artigo 27 da nossa Constituição: “A responsabilidade penal é pessoal. O imputado não é considerado culpado até à condenação definitiva. As penas não podem consistir em tratamentos contrários ao senso de humanidade e devem visar à reeducação do condenado. Não é admitida a pena de morte”.

Talvez seja útil acrescentar uma outra notícia, quem sabe pouco conhecida no Brasil. Bombas, seqüestros e assassinatos naqueles anos não destruíram, por sorte, a democracia e a civilização constitucional no nosso País, mas matando católicos democráticos como Moro e meu pai, e afastando os comunistas da área de governo, mudaram infelizmente o curso dos eventos políticos italianos, para um rumo, me parece, muito apreciado pela CIA daqueles anos. Sob este perfil, Battisti não aparece, como o senhor sugere, adversário, mas, pelo contrario, cúmplice, talvez involuntário, da CIA. Se o senhor não acreditar, poderia falar disso com um amigo de meu pai, o professor Giovanni Berlinguer, médico, deputado europeu, irmão do secretário do PCI de então, amigo desde sempre do Brasil, dos comunistas e dos democráticos brasileiros. Eu estou certo que lhe confirmará o que acabo de dizer.

Cordiais saudações.

Giovanni Bachelet
<http://www.giovannibachelet.it>